

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Universia Brasil, S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

São Paulo, março de 2013

O Conselho de Administração
A Diretoria Executiva

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	2012	2011
Ativo		
Ativo Circulante	260	855
Caixa e Equivalentes de Caixa	3&18.f 80	47
Contas a Receber	16	622
Outros Ativos Financeiros	164	143
Outros Ativos	-	43
Ativo não Circulante	498	524
Aplicações Financeiras	4&18.f 1	263
Depósitos Judiciais	62	81
Outros Ativos Financeiros	-	1
Créditos Tributários - Correntes	233	97
Ativo Tangível	5	72
Ativo Intangível	6	131
Total do Ativo	758	1.379

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e Patrimônio Líquido

Nota	2012	2011
Passivo Circulante	1.182	742
Salários a Pagar	857	458
Impostos a Pagar	143	177
Fornecedores	55	-
Outros Passivos	127	107
Passivo não Circulante	239	233
Salários a Pagar	1	29
Provisões	8.a 238	204
Total do Passivo	1.421	975
Patrimônio Líquido		
Capital Social	44.906	41.477
Prejuízos Acumulados	(45.569)	(41.073)
Total do Patrimônio Líquido	9	(663)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	758	1.379

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
	39.185	(36.883)	2.302
Aumento de Capital	9.a 2.292	-	2.292
Prejuízo	-	(4.190)	(4.190)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	41.477	(41.073)	404
Aumento de Capital	9.a 3.429	-	3.429
Prejuízo	-	(4.496)	(4.496)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	44.906	(45.569)	(663)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional e Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Contexto Operacional

A Universia Brasil, S.A. (Universia Brasil) é uma sociedade constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada na Avenida Paulista, 2073 - 15º Andar, Conjunto 1503 - Conjunto Nacional - Horsa II - São Paulo - SP É uma sociedade integrante do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander (Conglomerado Santander) e tem por objeto social:

(I) a prestação de serviços globais para as universidades, para particulares e/ou para corporações, visando disponibilizar objetos de formação e informação, cursos com ou sem certificação, todos os meios da informática, comunicações, telecomunicações, serviços de Internet, rodovias da informação, inclusive como provedora de acesso à internet, comércio eletrônico, serviços virtuais, qualquer transação virtual e quantos meios forem necessários para o adequado desenvolvimento do acima citado, além da administração gerencial, fornecimento de meios físicos e processos de produção e armazenamento, tanto eletrônico quanto virtual e presencial;

(II) a participação na contratação eletrônica ou telemática como entidade certificadora autorizada;

(III) a intermediação, comercialização, distribuição e assessoramento nessa área de qualquer tipo de produtos e serviços destinados às universidades e aos particulares, por meio de suporte físico, eletrônico, informático e virtual;

(IV) a intermediação e mediação de qualquer atividade de distribuição, importação e armazenamento realizados no mercado informático, eletrônico, virtual, internet, qualquer rodovia de informação ou qualquer uma de suas variantes já estabelecidas ou a serem estabelecidas no futuro, bem como serviços de publicidade, promoção, venda e distribuição em qualquer tipo de suporte eletrônico informático ou virtual, e

(V) a geração de receitas financeiras por meio da prestação de serviços de recrutamento e seleção de candidatos oriundos da comunidade universitária, através de plataforma WEB, desenvolvimento de software aplicativos e sistemas integrados de software, prestação de serviços de consultoria, comercialização de cursos de capacitação e realização de eventos presenciais e virtuais envolvendo atividades acadêmicas, desportivas, musicais e culturais, todos para empresas do mercado corporativo. Parte substancial dos serviços prestados pela Universia Brasil tem sido oferecida gratuitamente ao seu público alvo acima mencionado, sendo a continuidade normal de suas atividades operacionais mantida principalmente através de contribuições regulares de aumento de capital de seu acionista controlador, em complemento às receitas de prestação de serviços.

As receitas da Universia Brasil nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 estão representadas, substancialmente, por serviços prestados a partes relacionadas, empresas do Conglomerado Santander, conforme apresentado na nota explicativa 18.f.

b) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Universia Brasil, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), correlacionado às Normas Internacionais de Contabilidade - The International Financial Reporting Standard (IFRS). O resultado e a posição financeira da Universia Brasil estão expressos em Reais, moeda funcional da entidade e moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 25 de março de 2013.

As seguintes normas, interpretações e alterações de normas contábeis foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012, entretanto, não tiveram impactos sobre as demonstrações financeiras da Universia Brasil:

- CPC 00 (R1) Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro; CPC 15 (R1) Combinação de Negócios; CPC 18 (R1) Investimento em Coligada e em Controladas; CPC 19 (R1) Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture); CPC 20 (R1) Custos de Empreitistas; CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária; CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações Contábeis; CPC 30 (R1) Receitas; CPC 35 (R2) Demonstrações Separadas; CPC 36 (R2) Demonstrações Consolidadas e CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

A seguinte norma contábil foi editada e passará a vigorar em 1 de janeiro de 2013:

- CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados - O Comitê de Pronunciamentos Contábeis determinou principalmente alterações na contabilização de planos de benefícios definido eliminando a opção do modelo atual de aplicação do método do corredor para reconhecimento dos ganhos e perdas atuarial. O CPC não editou diversos pronunciamentos e modificações correlacionadas às IFRSs novas e revisadas que passarão a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2013. Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelos CPC. Considerando as atuais operações da Universia Brasil, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

Estimativas Utilizadas

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgação sobre contingências ativas e passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

Estas estimativas, na qual foram efetuadas com a melhor informação disponível, são basicamente as seguintes:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros;
- Provisão para perdas sobre créditos;
- Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos que não créditos (incluindo ágio e outros ativos intangíveis);
- Provisão para processos judiciais e administrativos e obrigações legais;
- Benefícios dos planos de aposentadoria; e
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos.

2. Práticas Contábeis e Critérios de Apuração

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos e outros valores classificados a curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos.

b) Definições, Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros

1. Definições

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

"Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Derivativo financeiro" é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é líquido em data futura.

As transações a seguir não são tratadas como instrumentos para fins contábeis:

- Investimentos em coligadas; e
- Direitos e obrigações em virtude de planos de benefícios para funcionários.

II. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias subsequentes para fins de gestão e mensuração.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado); essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge; e
- Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo. Esta categoria não inclui instrumentos de débitos classificados como "investimentos mantidos até o vencimento", "empréstimos e recebíveis" ou "ativos financeiros ao valor justo no resultado", e instrumentos de patrimônio emitidos por entidade que não sejam coligadas, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "ativos financeiros para negociação" ou como "outros ativos financeiros ao valor justo no resultado". Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação, as quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

- Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui ativos financeiros que de modo geral, a intenção seja de mantê-los até o vencimento final, os quais, por isso, são apresentados no balanço patrimonial pelo custo amortizado (o que inclui os ajustes necessários para refletir as perdas por não-recuperação estimadas).

III. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Caixa e equivalentes de caixa";
- "Aplicações financeiras";
- "Contas a receber";
- "Depósitos judiciais"; e
- "Outros ativos financeiros": inclui outros valores a receber com natureza de ativos financeiros não incluídas nas demais rubricas.

IV. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Mensuração

Os passivos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, dos derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados ("posições vendidas"); e
- Passivo financeiro ao custo amortizado: demais passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento.

V. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza na seguinte rubrica do balanço patrimonial:

- "Fornecedores".

VI. Mensuração dos Ativos e Passivos Financeiros

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

Os "empréstimos e recebíveis" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos.

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos na rubrica "passivos financeiros para negociação", os quais são mensurados ao valor justo.

c) Outros Ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

d) Provisão para Perdas sobre Créditos

Provisão para perdas sobre créditos - constituída para os créditos vencidos acima de 60 dias, para fazer frente às perdas.

e) Ativo Tangível

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: instalações, móveis, equipamentos de uso - 10% e sistemas de processamento de dados - 20%.

A Universia Brasil avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo tangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização seja por uso ou venda.

Uma vez identificada uma redução no valor recuperável do ativo tangível, este é ajustado até atingir o seu valor de realização através do reconhecimento contábil de uma perda por redução no seu valor recuperável registrada no resultado do exercício. Adicionalmente, o valor de depreciação do referido ativo é recalculado de forma a adequar o valor da vida útil do bem.

f) Ativo Intangível

É um ativo não monetário identificável sem substância física. É decorrente basicamente de desenvolvimento de softwares amortizados pelo prazo máximo de 5 anos. Outros ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo dessa vida útil (prazos de utilidade da despesa), pelo prazo máximo de 10 anos.

A Universia Brasil avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo intangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização. Identificando qualquer redução no valor recuperável, este é ajustado até atingir seu valor de realização.

A mensuração do valor recuperável de ativos intangíveis - software é realizada com base no valor em uso, bem como, a análise da descontinuidade do ativo em relação às suas atividades.

g) Outros Passivos

Outros passivos incluem o saldo das despesas provisionadas e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

h) Reconhecimento de Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Prestação de Serviços

- Receitas e despesas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços; e
- As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

i) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Outras Provisões

A Universia Brasil é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Universia Brasil. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

j) Planos de Benefícios Pós-Emprego

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Universia Brasil, juntamente com o Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander Brasil) de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, nos casos de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Planos de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a Universia Brasil como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como "despesas com pessoal" na demonstração do resultado. Os valores ainda não contribuídos ao final de cada exercício são reconhecidos, ao seu valor presente, como "provisões - provisões para fundos de pensões e obrigações similares" no balanço patrimonial.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida.

O valor presente das obrigações dos planos de benefício definido é registrado líquido: (i) do valor justo dos ativos dos planos; e (ii) dos ganhos e/ou das perdas atuariais líquidos não reconhecidos, os quais são diferidos utilizando-se o método do corredor; (iii) dos custos de serviços passados, os quais são diferidos ao longo do tempo. As obrigações são contabilizadas como "provisões - provisões para fundos de pensões e obrigações similares" no balanço patrimonial.

Um ativo, o ativo atuarial é reconhecido no balanço patrimonial, no caso do valor líquido representar um ativo. Esta situação se aplica quando: (i) o excesso de fundos representa benefícios econômicos futuros na forma de retorno de recursos ao patrocinador ou redução nas contribuições futuras, conforme as condições previstas na Resolução Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) 26/2008; e (ii) resultante de quaisquer perdas atuariais e custo do serviço passado acumulados, líquidos e não reconhecidos que serão compensados no longo prazo.

Ativos do plano são definidos como aqueles que serão usados diretamente na liquidação de obrigações e que: (i) sejam de propriedade da patrocinada; e (ii) somente possam ser usados para pagar o financiar benefícios pós-emprego e não possam ser devolvidos às entidades patrocinadas, a menos que ocorra um excesso de recursos conforme as condições previstas na Resolução CGPC 26/2008.

Os ganhos e perdas atuariais são aqueles resultantes de diferenças entre as premissas atuariais anteriores e o que efetivamente ocorreu e dos efeitos de mudanças nas premissas atuariais. A Universia Brasil utiliza o método do corredor e reconhece no resultado o valor líquido dos ganhos e/ou das perdas atuariais acumulados que excederem o maior valor entre 10% do valor presente das obrigações ou 10% do valor justo dos ativos do plano.

O custo de serviços passados decorre de mudanças nos benefícios pós-emprego atuais ou da introdução de novos benefícios, é reconhecido de forma linear no resultado ao longo do período entre o momento em que surgem os novos compromissos e a data na qual o funcionário tiver o direito irrevogável de receber os novos benefícios.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado da seguinte forma:

- Custo de serviço corrente - aumento no valor presente das obrigações resultantes de serviços de funcionários no período corrente - "despesas com pessoal";
- Custo de juros - aumento no valor presente das obrigações como resultado do transcurso do tempo - "despesas com juros e similares"; e
- O retorno esperado sobre ativos do plano e os ganhos ou as perdas sobre o valor dos ativos do plano - "receitas com juros e similares"; e
- Os ganhos e as perdas atuariais calculados utilizando-se o método do corredor e o custo não reconhecido de serviços passados - "provisões (líquidas)".

Os planos de benefício definido são registrados com base em avaliação atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente. A avaliação atuarial destes planos depende de uma série de premissas, entre as quais se destacam as seguintes:

- Taxas de juros assumidas;
- Tábuas de mortalidade;
- Índice anual aplicado à revisão de aposentadorias;
- Índice de inflação de preços;
- Índice anual de reajustes salariais; e
- Método usado para calcular os compromissos relativos a direitos adquiridos dos funcionários ativos.

k) Remuneração Baseada em Ações

A Universia Brasil, participa dos planos de compensação a longo prazo do Banco Santander, S.A. (Banco Santander Espanha). Esses planos têm determinadas condições para a aquisição. As principais condições são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer seus direitos; (2) condições de performance, a quantidade de Investimento em Certificados de Depósito de Ações (Units) passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco Santander Espanha: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Capital Ajustado pelo Risco (RORAC), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco Santander Espanha. O Banco Santander Espanha mede o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ação

O valor justo dos serviços prestados é medido por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, é considerado o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), são mensurados os serviços prestados e as correspondentes responsabilidades incorridas no valor justo na valorização das ações na data de concessão e até que o passivo seja liquidado, o valor justo do passivo é reavaliado no final de cada período de reporte e à data de sua liquidação, com quaisquer mudanças no valor justo reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo no período como os serviços são recebidos, o passivo total é baseado na melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas no final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência com base na melhor estimativa disponível. Periodicamente, é realizada análise da estimativa do número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2012	2011
Receita Líquida de Prestação de Serviços	10	2.061	2.311
Custo dos Serviços Prestados	11	(5.284)	(5.314)
Resultado Bruto		(3.223)	(3.003)
Despesas Administrativas	13	(1.146)	(1.401)
Despesas de Depreciação e Amortização	5&6	(25)	(37)
Provisões (Líquidas)	8.a	(34)	168
Perdas com Ativos Financeiros (Líquidas)	14	(38)	-
Outras Receitas	15	196	22
Outras Despesas	15	(268)	(66)
Resultado antes do Resultado Financeiro		(4.538)	(4.317)
Receitas Financeiras	16	42	127
Resultado antes da Tributação/Prejuízo	17	(4.496)	(4.190)
Nº de Ações (Mil)	9.a	59.373	191
Prejuízo por Lote de Mil Ações (em R\$)		(75,72)	(21.937,1)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Valor Justo para os Instrumentos Financeiros ao Custo Amortizado

O valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado se aproximam do valor contábil, considerando os prazos e taxas de juros dos instrumentos financeiros.

8. Provisões

a) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais, Compromissos e Outras Provisões

	2012		2011	
	Fiscais	Trabalhistas	Fiscais	Trabalhistas
Saldos no Início do Exercício	10	194	9	415
Constituição Líquida de Reversão	-	34	1	(169)
Baixas por Pagamentos	-	-	-	(52)
Saldos no Final do Exercício	10	228	10	194

b) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

As ações são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas conforme a situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

c) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária e trabalhista, classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como riscos de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

As ações com classificação de perda possível, de natureza tributária totalizaram em R\$10 e os de natureza trabalhista em R\$144.

d) Provisões para Fundos de Pensões e Obrigações Similares

d.1) Plano de Pensão Complementar

A Universia Brasil patrocina, juntamente com o Banco Santander Brasil, os planos de benefício definido e de contribuição definida da Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev) Plano II e SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi), entidades fechadas de previdência privada e previdência complementar, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

1) Sanprev
Plano II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Apuração do Passivo (Ativo) Atuarial Líquido

	Sanprev	
	2012	2011
Conciliação dos Ativos e Passivos		
Valor Justo das Obrigações Atuariais	(14)	(10)
Valor Justo dos Ativos do Plano	48	29

Sendo:
Superávit 34 19
Ganhos Atuariais não Reconhecidos 5 6
Valor não Reconhecido como Ativo 29 13

Passivo (Ativo) Atuarial Líquido em 31 de Dezembro

Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	19	6
Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos		
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial: 8,7% (2011 - 10,4%);		
Taxa para cálculo dos juros sobre os ativos, para o exercício seguinte: 8,7% (2011 - 10,6%);		
Taxa estimada de inflação no longo prazo: 4,5% (2011 - 4,4%);		
Taxa estimada de aumento nominal dos salários: 5,0% (2011 - 4,9%); e		
Tábua biométrica de mortalidade geral: AT2000 (2011 - AT2000).		

II) SantanderPrevi
Dentre os planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar ligadas ao Santander, o Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é o único estruturado na modalidade de contribuição definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano.

Os valores apropriados no exercício de 2012 em despesas de pessoal referente ao plano foram de R\$18 (2011 - R\$12).

d.2) Remuneração com Base em Ações

A Universia Brasil, possui um programa de remuneração de longo prazo vinculado ao desempenho do preço de mercado de ações, o Programa Global. São elegíveis a este plano os membros da Diretoria Executiva da Universia Brasil, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam do referido plano se exercerem cargos na Diretoria Executiva.

d.2.1) Programa Global

Política de Incentivos a Longo Prazo
Na Reunião do Conselho de Administração do Santander Espanha, realizada em 26 de março de 2008, foi aprovada a política de incentivo a longo prazo direcionada aos executivos do Banco Santander Espanha e empresas do Grupo Santander (exceto o Banco Español de Crédito, S.A. - Banesto). Essa política prevê remuneração vinculada às ações do Banco Santander Espanha de acordo com o que foi estabelecido na Assembleia Geral de Acionistas.

Dentre os planos do Banco Santander Espanha, os executivos da Universia Brasil, estão contemplados no Plano de Ações Vinculadas a Objetivos: plano plurianual pago em ações do Banco Santander Espanha. Os beneficiários do plano são Diretores Executivos e outros membros da alta Administração, bem como qualquer outro grupo de executivos determinado pela Diretoria ou pelo Comitê Executivo.

Este plano envolve ciclos de três anos de entrega de ações aos beneficiários, de tal maneira que cada ciclo se inicie em um ano e, a partir de 2009, acabe no próximo. O objetivo é estabelecer uma sequência adequada entre o final do programa de incentivo, vinculado ao plano anterior I-06, e os sucessivos ciclos desse plano. Sendo assim, os primeiros dois ciclos começaram em julho de 2007, com o primeiro ciclo tendo duração de dois anos (PI09) e os demais ciclos tendo uma duração média de 3 anos (PI11/PI12 / PI13 e PI14).

Para cada ciclo é estabelecido um número máximo de ações para cada beneficiário que continuou trabalhando no Grupo Santander Espanha durante o plano. Os objetivos cujo cumprimento determinam o número de ações distribuídas, são definidos pela comparação da performance do Grupo Santander Espanha em relação a um Grupo de Referência (instituições financeiras) e estão relacionados a dois parâmetros: RTA e o crescimento em Lucro/Benefício por Ação (LPA).

Cada um desses parâmetros tem 50% de peso na determinação da porcentagem de ações a serem distribuídas. O número de ações a serem distribuídas é determinado em cada um dos ciclos pelo grau de alcance das metas no terceiro aniversário do começo de cada ciclo (com exceção do primeiro ciclo, para isso será considerado o segundo aniversário).

A partir do plano PI12 o objetivo que determina o número de ações está relacionado somente 1 parâmetro de performance, que tem 100% de peso na porcentagem de ações a serem distribuídas: o RTA do Grupo.

Valor Justo do Plano Global

É considerado que os beneficiários não deixarão a Universia Brasil durante o prazo de cada plano. O valor justo dos 50% vinculados à posição de RTA relativo do Banco Santander Espanha foi calculado, na data de outorga, com base no laudo fornecido por avaliadores externos, elaborado a partir do modelo de avaliação Monte Carlo, realizando 10 mil simulações para determinar o RTA de cada empresa do Grupo de referência, considerando as variáveis a seguir. Os resultados (cada um representando a entrega de determinado número de ações) são classificados em ordem decrescente através do cálculo da média ponderada e descontando o valor à taxa de juros sem risco.

	PI11	PI12	PI13	PI14
Volatilidade Esperada ⁽¹⁾	19,31%	42,36%	49,64%	51,35%
Remuneração Anual dos Dividendos nos Últimos 5 Anos	3,47%	4,88%	6,33%	6,06%
Taxa de Juros sem Risco (Título do Tesouro de Cupom Zero) Durante o Prazo do Plano	4,84%	2,04%	3,33%	4,07%

⁽¹⁾ Cálculo com base na volatilidade histórica para o respectivo prazo (dois ou três anos).

Devido à elevada correlação entre o RTA e o LPA, pode-se considerar (em uma grande parcela dos casos) extrapolar que o valor RTA é válido para o LPA. Por conseguinte, inicialmente foi determinado que o valor justo da parcela dos planos vinculados à posição de LPA relativo do Banco, ou seja, os restantes 50% das opções outorgadas, é igual aos 50% correspondentes ao RTA. Essa avaliação é revisada e ajustada anualmente uma vez que se refere a condições de mercado não usuais.

	Quantidade de Ações	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data de Início do Período de Exercício	Data Final do Período de Exercício
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2010	3.727				
Opções Exercidas/Canceladas (PI11)	(2.500)	2008	Executivos	21/06/2008	31/07/2011
Opções Concedidas (PI13)	73	2010	Executivos	01/07/2010	31/07/2013
Opções Concedidas (PI14)	809	2011	Executivos	01/07/2011	31/07/2014
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2011	2.109				
Opções Exercidas/Canceladas (PI12)	(709)	2009	Executivos	19/06/2009	31/07/2012
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2012	1.400				
Plano 13	700	2010	Executivos	01/07/2010	31/07/2013
Plano 14	700	2011	Executivos	01/07/2011	31/07/2014
Total	1.400				

No exercício de 2012, foram registradas despesas "pro rata" dia referente a esse plano no valor de R\$7 (2011 - R\$12).

Em 2011, a Universia Brasil, possuía também o programa de remuneração com base em ações Programa Local, que teve seu ciclo encerrado em junho de 2012.

No exercício de 2012, foram registradas despesas "pro rata" dia referente a este plano no valor de R\$12 (2011 - R\$15) e a reversão da provisão no valor de R\$9, registrados em despesas de pessoal. Foi registrado também em 2012, ganho com a oscilação do valor de mercado da ação do Programa Local no valor de R\$8 (2011 - R\$8) como despesas de pessoal.

9. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2012, totalmente subscrito e integralizado é composto por 59.373 mil ações, nominativas e sem valor nominal (39.582 mil ações ordinárias e 19.791 mil ações preferenciais), todas de domiciliados no exterior.

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social, era composto por 19.116.409.553 mil ações, nominativas e sem valor nominal (12.751.798.087 mil ações ordinárias e 6.364.611.466 mil ações preferenciais), todas de domiciliados no exterior, e na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 11 de janeiro de 2012, foi aprovado o grupamento das ações da Universia Brasil, com o objetivo de simplificar os procedimentos operacionais da Sociedade, ajustando a quantidade de ações ao valor do capital social, para possibilitar a expressão monetária das ações adequada por unidade. Assim deliberou-se grupar as 19.116.409.553 mil ações na proporção de 100.000.000 (cem milhões de ações) para 1 ação da respectiva espécie, reduzindo-as para 191 mil ações (127 mil ações ordinárias e 64 mil ações preferências), as frações de ações obtidas após o grupamento foram canceladas, e não houve restituição aos acionistas do valor correspondente.

A AGE de 6 de dezembro de 2012, aprovou o aumento do capital social no valor de R\$179, mediante a emissão de 8.468 mil ações (5.645 mil ações ordinárias e 2.823 mil ações preferenciais), totalmente subscritas e integralizadas.

A AGE de 9 de novembro de 2012, aprovou o aumento do capital social no valor de R\$365, mediante a emissão de 17.232 mil ações (11.488 mil ações ordinárias e 5.744 mil ações preferenciais), totalmente subscritas e integralizadas.

A AGE de 19 de setembro de 2012, aprovou o aumento do capital social no valor de R\$519, mediante a emissão de 24.475 mil ações (16.317 mil ações ordinárias e 8.158 mil ações preferenciais), totalmente subscritas e integralizadas.

A AGE de 4 de maio de 2012, aprovou o aumento do capital social no valor de R\$1.240, mediante a emissão de 6.379 mil ações (4.253 mil ações ordinárias e 2.126 mil ações preferenciais), totalmente subscritas e integralizadas.

A AGE de 11 de janeiro de 2012, que aprovou o grupamento de ações, também aprovou um aumento de capital no valor de R\$1.126, mediante a emissão de 2.628 mil ações (1.752 mil ações ordinárias e 876 mil ações preferenciais), totalmente subscritas e integralizadas.

A AGE de 7 de outubro de 2011, aprovou o aumento do capital social no valor de R\$591, mediante a emissão de 10.142.611.684 mil ações (6.761.741.123 mil ações ordinárias e 3.380.870.561 mil ações preferenciais), totalmente subscritas e integralizadas.

A AGE de 23 de agosto de 2011, aprovou o aumento do capital social no valor de R\$573, mediante a emissão de 6.031.578.947 mil ações (4.021.052.632 mil ações ordinárias e 2.010.526.315 mil ações preferenciais), totalmente subscritas e integralizadas.

A AGE de 28 de junho de 2011, aprovou o aumento do capital social no valor de R\$565, mediante a emissão de 2.590.554.791 mil ações (1.727.036.527 mil ações ordinárias e 863.518.264 mil ações preferenciais), totalmente subscritas e integralizadas.

A AGE de 4 de fevereiro de 2011, aprovou o aumento do capital social no valor de R\$563, mediante a emissão de 80.464.286 mil ações (53.642.857 mil ações ordinárias e 26.821.429 mil ações preferenciais), totalmente subscritas e integralizadas, re-ratificada pela Assembleia Geral Ordinária (AGO)/AGE de 11 de abril de 2011, que resultou na emissão de novas ações ordinárias e preferenciais, sendo que por um lapso, constou que foram emitidas apenas ações ordinárias.

b) Dividendos

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não poderão ser convertidas em ações ordinárias, mas conferem prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Sociedade.

10. Receitas Líquida de Prestação de Serviços

Segue abaixo a conciliação entre receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	2012	2011
Receita Bruta	2.413	2.592
Serviços com Partes Relacionadas (Nota 18.f)	1.623	1.339
Serviços de Terceiros	790	1.253
Menos:	(352)	(281)
Cofins	(119)	(125)
ISS	(191)	(129)
PIS	(42)	(27)
Receita Líquida	2.061	2.311

11. Custo dos Serviços Prestados

	2012	2011
Despesas com Serviços de Terceiros	810	1.551
Despesas com Pessoal	4.474	3.763
Total	5.284	5.314

12. Informações sobre a Natureza das Receitas e Despesas Reconhecidas na Demonstração dos Resultados

A Universia Brasil apresenta a demonstração dos resultados utilizando uma classificação das receitas e despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas receitas e despesas reconhecidas na demonstração dos resultados é apresentado a seguir:

	2012	2011
Receitas em Prestação de Serviços (Nota 10)	2.413	2.592
Cofins (Nota 10)	(191)	(125)
ISS (Nota 10)	(119)	(129)
PIS (Nota 10)	(42)	(27)
Despesas com Serviços de Terceiros (Nota 11)	(810)	(1.551)
Despesas de Remuneração, Benefícios e Treinamento com Pessoal (Nota 11)	(3.562)	(2.996)
Despesas de Encargos Sociais com Pessoal (Nota 11)	(912)	(767)
Despesas com Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros (Nota 13)	(370)	(293)
Despesas de Transporte e Viagens (Nota 13)	(271)	(325)
Outras Despesas Administrativas	(505)	(783)
Despesas de Depreciação (Nota 5)	(22)	(35)
Despesas de Amortização (Nota 6)	(3)	(2)
Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Outras Provisões (Nota 8.a)	(34)	168
Perdas com Ativos Financeiros (Líquidas) (Nota 14)	(38)	-
Outras Receitas (Despesas)	(72)	(44)
Rendas com Aplicações em Operações Compromissadas (Nota 16&18.f)	33	115
Outras Receitas Financeiras (Nota 16)	9	12
Total das Receitas e Despesas Reconhecidas na Demonstração dos Resultados	(4.496)	(4.190)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Emílio Botin

Conselheiros

Jaume Pagés Fita

Javier Sagi-Vela González

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretores Executivos

Ariane Bayerlein Masliaev

Leonardo Bauer

CONTADOR

Flaminio Oliveira Ferreira - CRC 1RS 067739/O-6 S-SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

selecionados dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos realizados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nossa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Universia Brasil, S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Prestação de serviços não remunerados

Sem ressaltar a nossa opinião, chamamos à atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações

13. Despesas Administrativas

	2012	2011
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	370	293
Processamento de Dados	1	285
Transporte e Viagens	271	325
Propaganda, Promoções e Publicidade	286	259
Publicações	98	52
Outras	120	187
Total	1.146	1.401

14. Perdas com Ativos Financeiros (Líquidas)

Em 2012, referem-se a perdas por não-recuperação no saldo da rubrica de contas a receber.

15. Outras Receitas e Outras Despesas

Outras receitas em 2012, incluí principalmente, receita com recuperação de encargos e despesas no valor de R\$191 (2011 - R\$22).

Outras despesas em 2012, incluí principalmente, despesas com pagamento de ações judiciais trabalhistas no valor de R\$150, encargos com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) sobre processos trabalhistas de R\$6 e despesas com perdas de capital no valor de R\$20. Em 2011, incluí, despesas com encargos de INSS sobre processos trabalhistas e autônomos no valor de R\$25 e despesas com indenizações de ações jurídicas referente a imposto de renda retido na fonte no valor de R\$16.

16. Receitas Financeiras

	2012	2011
Rendas com Ativos Financeiros com Instituições de Crédito		
Aplicações em Operações Compromissadas (Nota 18.f)	33	115
Rendas de Títulos de Renda Fixa - Certificados de Depósitos Bancários - CDB (Nota 18.f)	3	-
Atualização com Impostos de Compensar	2	12
Atualização com Devedores por Depósitos em Garantias	4	-
Total	42	127

17. Imposto de Renda e Contribuição Social

	2012	2011
Resultado antes da Tributação	(4.496)	(4.190)
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Aliquotas de 25% e 9% Respectivamente	1.528	1.425

Créditos Tributários não Registrados sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL ⁽¹⁾

Outros Ajustes (1.516) (1.353)

Imposto de Renda e Contribuição Social - (12) -

⁽¹⁾ Os créditos tributários não foram constituídos tendo em vista o crédito do conservadorismo, pois não possuem expectativa de realização no curto e médio prazo. Os créditos não registrados em 31 de dezembro de 2012 montam em R\$14.445 (31/12/2011 - R\$12.929).

18. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na AGO/AGE da Universia Brasil, realizada em 30 de abril de 2012, foi aprovada a remuneração global dos administradores para o ano de 2012, no montante de até R\$1.000. A AGE de 19 de setembro de 2012